



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 1ª REGIÃO

SRTVN Quadra 701 - Ed. Brasília Rádio Center - Ala A - 4º andar - Sala 4024, - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70719-900

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <https://www.crp-01.org.br/>

EDITAL Nº 9009/2026

Processo nº 570100057.000003/2026-61

Categoria: V - Prestação de serviços, Inclusive os técnicos-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.

Número da Contratação PCA: 09/2026

Pregão eletrônico: 90009/2026

Contratante (UASG): (389250)

Valor estimado da contratação: R\$ 86.034,24

Data da sessão pública : Dia 30/04/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço global.

Modo de disputa: aberto e fechado.

Torna-se público que o(a) CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA PRIMEIRA REGIÃO/DISTRITO FEDERAL (CRP-01/DF), por meio do(a) Setor de Compras, sediado no SRTVN Quadra 701 - Ed. Brasília Rádio Center - Ala A - 4º andar - sala 4024 - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa prestadora de limpeza e conservação para a sede e o auditório do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF), bem como com o fornecimento do material de limpeza/higienização, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances,

inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 e poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14. Das vedações específicas de participação

2.14.1. Não será permitida a participação de Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do art. 112, caput e §§ 1º a 4º da Resolução CGSN nº 140, de 2018, uma vez que o objeto da contratação envolve a prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (cessão de mão de obra), atividade expressamente vedada a essa categoria.

2.14.2. Não será admitida a participação de Cooperativas, considerando que os serviços de limpeza e conservação objeto deste certame demandam relação de subordinação e preenchimento de postos de trabalho fixos com horários pré-determinados, o que é incompatível com o regime cooperativista, conforme o entendimento consolidado na Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União (TCU).

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.10.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.1. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na

forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário (mensal, unitário etc., conforme o caso) e valor (anual, total) do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

4.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da

Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

5 . DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 3,00 (três reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

5.11.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da

disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.4. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de

licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.23.2.2. empresas brasileiras;

5.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.25.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.25.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.2. SICAF;

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.6.1. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO VIGENTE - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO TRAB. TEMPORÁRIO, PREST. SERVIÇOS E SERV. TERCEIRIZÁVEIS DO DF - SINDISERVIÇOS/DF.

6.7. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo

sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Nos termos da IN nº 05/2017, erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.3. A planilha será analisada pela área especializada contábil pública do CRP-01/DF. Havendo algum erro, será concedido prazo de até 02h00 para que o licitante encaminhe nova planilha devidamente corrigida.

6.13.4. Acaso a planilha não seja encaminhada corrigida em sua plenitude, o licitante será desclassificado.

6.13.5. A planilha será convalidada apenas com o aval da área contábil.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

6.15.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

6.15.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e

6.15.3. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de

7.10.3. propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 18.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS INFRAÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6. fraudar a licitação;

10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.2.6. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.2.7. as peculiaridades do caso concreto;

10.2.8. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.2.9. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.2.10. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.3.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.3.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5,

10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.14. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.14.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao@crp-01.org.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá

ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;

11.11.1.1. Anexo II - Minuta de Termo de Contrato;

11.11.5. Anexo III – Termo de confidencialidade à respeito ao trato de informações sigilosas, de dados pessoais de agentes públicos e de cidadãos, disponibilizadas pelo CONTRATANTE.

Brasília, 13 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Isadora Cristine Dourado Araujo, Conselheira Presidenta Interina**, em 13/04/2026, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2774286** e o código CRC **D9F41FDE**.

Referência: Processo nº 570100057.000003/2026-61

SEI nº 2774286

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS

Processo nº 570100057.000003/2026-61

OBJETIVO

1.1. Contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação para a sede e o auditório do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP- 01/DF), com fornecimento de mão de obra exclusiva e contínua, bem como com o fornecimento do material de limpeza/higienização.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados (profissional de limpeza e conservação), com dedicação exclusiva de mão de obra e com fornecimento do material de limpeza/higienização, para execução de limpeza e conservação na sede e no auditório do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP- 01/DF), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND DE MEDIDA	QTDE	VALOR MENSAL MÁXIMO ESTIMADO	VALOR ANUAL MÁXIMO ESTIMADO
01	Prestação de serviço de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra e materiais de limpeza/higienização. Será necessário o fornecimento de apenas 1 (um) posto/mão de obra.	24023	mensal	12	R\$ 7.169,52	R\$ 86.034,24

2.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. A empresa contratada deverá fornecer os materiais e equipamentos, dentre os quais, estão previstos mensalmente, podendo variar conforme a utilização, os seguintes materiais e quantidades a seguir arrolados na tabela abaixo:

QUANTIDADE	MATERIAL
06 (seis) litros	água sanitária
04 (quatro) unidades	álcool
05 (cinco) litros	sabão de piso
05 (cinco) unidades	bom ar
05 (cinco) litros	desinfetante
05 (cinco) unidades	detergente de copa
06 (seis) unidades	esponja dupla face
04 (quatro) unidades	flanela
05 (cinco) unidades	limpa vidros
06 (seis) unidades	limpador multiuso
05 (cinco) unidades	lustra móveis
02 (duas) unidades	luva
01 (uma) unidade	pá de lixo
04 (quatro) unidades	papel toalha
02 (dois) fardos	papel higiênico
04 (quatro) unidades	pano de chão
01 (um) pacote	saco de lixo de 100 (cem) litros
01 (um) pacote	saco de lixo de 50 (cinquenta) litros
05 (cinco) litros	sabonete líquido
01 (uma) unidade	limpa inox
04 (quatro) unidades	pano multiuso
02 (duas) unidades	pano de prato
02 (duas) unidades	fibra de aço
*02 (duas) unidades	balde
*02 (duas) unidades	vassoura
*02 (duas) unidades	rodo

***apenas se necessário.**

2.4. A área abrangida é de aproximadamente 349m² (trezentos e quarenta e nove metros quadrados) da sede do CRP-01/DF e de 146m² (cento e quarenta e seis metros quadrados) do auditório, o qual deverá ser limpo apenas esporadicamente, tendo em visto o pouco uso. Foi destacado em documentação pretérita de que a área da sede do CRP-01/DF sofrerá uma significativa redução ao longo do contrato, pois o CRP-01/DF pretende devolver espaço de “área comum” que atualmente utiliza, de forma locada, áreas de propriedade do Condomínio ao qual estão localizados.

2.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.2. A empresa contratada deverá orientar os seus empregados quanto à adoção, na execução das suas atividades, visando à otimização na utilização e à redução dos recursos naturais para contribuir com a preservação do meio ambiente.

Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro- garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

Vistoria

5.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, mas acaso o(a) licitante deseje, poderá vistoriar a sede e o auditório do CRP-01/DF, no horário das 09h00 às 17h00, de forma ininterrupta, momento no qual, algum servidor do CRP-01/DF acompanhará a visita.

5.6. Eventuais dúvidas, esclarecimentos ou impugnações deverão ser realizadas de forma escrita para o e-mail (licitacao@crp-01.org.br). E eventuais respostas as dúvidas, esclarecimentos e impugnações levantadas serão repassadas de forma escrita, a qual se dará ampla divulgação a todos os interessados, inclusive aqueles que não realizaram as indagações, no site do CRP-01/DF.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.7. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.8. Início da execução do objeto (estimada): Logo após assinatura do contrato.

5.9. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos,

frequência e periodicidade de execução do trabalho, conforme constante nos Estudos Técnicos Preliminares.

Local e horário da prestação dos serviços

5.10. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: SRTVN QD 701 - Ed. Brasília Rádio Center - Ala A - Sala 4024 (sede) e Sala 4.039 (auditório) - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70719-900.

5.11. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 09h00 às 18h00, com intervalo intrajornada de 01 (uma) hora, considerando-se os dias úteis.

Rotinas a serem cumpridas

5.12. A execução contratual observará as rotinas conforme os requisitos constantes nos Estudos Técnicos Preliminares.

Materiais a serem disponibilizados

5.13. A CONTRATADA deve fornecer crachás de identificação para seus empregados. Os crachás devem ser de PVC, com dimensões de 8,5 x 5,5 cm, impressão colorida e acompanhados de um cordão de poliéster ou material similar. Cada crachá deve exibir claramente o logo da empresa e incluir, no mínimo, os seguintes dados do empregado: FOTO / NOME / MATRÍCULA/ CARGO.

5.14. A empresa contratada deverá, ainda, fornecer os materiais e equipamentos, dentre os quais, estão previstos mensalmente, podendo variar conforme a utilização, os seguintes materiais e quantidades a seguir arrolados na tabela abaixo:

QUANTIDADE	MATERIAL
06 (seis) litros	água sanitária
04 (quatro) unidades	álcool
05 (cinco) litros	sabão de piso
05 (cinco) unidades	bom ar
05 (cinco) litros	desinfetante
05 (cinco) unidades	detergente de copa
06 (seis) unidades	esponja dupla face
04 (quatro) unidades	flanela
05 (cinco) unidades	limpa vidros
06 (seis) unidades	limpador multiuso
05 (cinco) unidades	lustra móveis
02 (duas) unidades	luva
01 (uma) unidade	pá de lixo
04 (quatro) unidades	papel toalha
02 (dois) fardos	papel higiênico
04 (quatro) unidades	pano de chão
01 (um) pacote	saco de lixo de 100 (cem) litros
01 (um) pacote	saco de lixo de 50 (cinquenta) litros
05 (cinco) litros	sabonete líquido

01 (uma) unidade	limpa inox
04 (quatro) unidades	pano multiuso
02 (duas) unidades	pano de prato
02 (duas) unidades	fibra de aço
*02 (duas) unidades	balde
*02 (duas) unidades	vassoura
*02 (duas) unidades	rodo

*apenas se necessário.

5.15. A contratada deverá, ainda, fornecer os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), os quais se fizerem necessários para a execução plena das atividades de limpeza e conservação, consoante prescrito em legislação de regência.

Informações relevantes para dimensionamento da proposta

5.16. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.17. Os serviços serão executados na sede do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal, localizado no SRTVN QD 701 - Ed. Brasília Rádio Center - Ala A - Sala 4024 (sede) e 4.039 (auditório) - Asa Norte - Brasília/DF.

5.18. O cálculo dos salários dos empregados basear-se-á em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria de limpeza e conservação vigente à data do lançamento da presente licitação eletrônica, conforme estipulado neste Termo de Referência.

5.19. Os horários da prestação de serviços por todos os profissionais de todos os cargos obedecerão este Termo de Referência.

5.20. Os valores da proposta, incluindo todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, bem como dos materiais de limpeza/higienização, deverão ser apurados pela licitante mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO II – modelo).

5.21. Nos termos da IN nº 05/2017, “Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação”.

5.22. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência e em Edital.

5.23. A contratada está obrigada a observar, tanto na formulação da proposta quanto na execução contratual, as exigências constantes de Acordos e Convenções Coletivos de Trabalho que alcançam as categorias pertinentes à prestação dos serviços.

Uniformes

5.24. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a

a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.25. Procedimentos de transição: observação da cláusula trigésima quarta de manutenção de emprego vigente da Convenção Coletiva de Categoria, a qual será acompanhada por fiscal do CRP-01/DF, garantindo a sua observância.

5.26. Para fins de adequação e ciência, a referida cláusula trigésima quarta dispõe o seguinte: "Fica pactuado que às empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidades legais, inclusive as gestantes, membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possua qualquer tipo de estabilidade legais, inclusive as gestante; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possua qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados no novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao Sindicato Laboral, inclusive por correspondência eletrônica, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo." (Convenção Coletiva de Trabalho - em vigência).

5.27. Sem observações no tocante a finalização do contrato.

Modelo de gestão do contrato

5.28. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.29. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.30. As comunicações entre o órgão ou entidade e o(a) Contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.31. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.32. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do(a) Contratado(a), quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

5.33. O(a) Contratado(a) designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

5.34. O(a) Contratado(a) não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

5.35. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

5.36. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

5.37. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.38. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.39. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.40. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.41. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.42. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

5.43. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

5.44. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

5.45. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

5.46. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.47. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

5.48. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-

á, dentre

outras, as seguintes comprovações:

5.49. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

5.49.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

5.49.2. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

5.49.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

5.49.4. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

5.49.5. entrega até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

5.49.6. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

5.49.7. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

5.49.8. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

5.49.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas(CNDT).

5.49.10. e, entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

5.49.10.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

5.49.10.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

5.49.10.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

5.49.10.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

5.49.10.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

5.49.10.6. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

5.49.10.7. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

5.49.10.8. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

5.49.10.9. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

5.49.10.10. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

5.50. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos

elencados acima deverão ser apresentados.

5.51. A Administração deverá analisar a documentação solicitada acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

5.52. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

5.53. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

5.54. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

5.55. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

5.56. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais (OS's), será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

5.57. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

5.58. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

5.59. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

5.60. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis aplicáveis a espécie e/ou ao caso concreto.

5.61. A Administração Pública Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

5.62. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

5.63. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente

aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

5.64. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

5.65. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

5.66. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

5.67. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.68. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

5.69. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022 e demais legislações posteriores e subsequentes.

5.70. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

5.71. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

5.71.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

5.71.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

Gestor do contrato

Cabe ao gestor do contrato:

5.72. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.72. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.73. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.74. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo

Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.75. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.76. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração Pública.

5.77. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.

6.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

6.2.1. não produziu os resultados acordados,

6.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do Recebimento

6.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal:

6.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no

ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

Ao final de cada período/evento de faturamento:

6.10. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

6.11. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes

aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.19. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.20. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela

fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

6.21. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.22. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.23. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.25. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e

pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.27. Recebida a Nota Fiscal e o documento de cobrança equivalente (boleto para pagamento), correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, § 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.28. Não haverá a fluência do prazo acima sem o correto envio, pela empresa contratada de ambos os documentos, ou seja, somente após recebida a Nota Fiscal e o Boleto, começará a fluir o prazo de 10 (dez) dias úteis para pagamento.

6.29. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021

6.30. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.30.1. o prazo de validade; a data da emissão;

6.30.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.30.3. o período respectivo de execução do contrato;

6.30.4. o valor a pagar; e

6.30.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.31. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura e/ou Boleto, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

6.31. A Nota Fiscal ou Fatura e/ou Boleto deverá(ão) ser(em) obrigatoriamente

acompanhada(os) da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.32. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.32.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

6.32.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade pública, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.33. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.34. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.35. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.36. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa

6.37. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.38. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.39. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

6.40. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.41. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.42. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.43. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.44. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos

impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.45. Acaso o contratado não apresente documentação que iniba ou isente a retenção fiscal na fonte, esta será regularmente retida.

Repactuação

6.46. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico- financeiro, após o interregno de 01 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

6.47. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.48. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.48. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

6.50. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

6.51. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

6.52. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias,

observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

6.53. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

6.54. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

6.55. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.56. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.57. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento

de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

6.58. A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.

6.59. Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.

6.60. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

6.61. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pelo IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

6.62. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.63. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.64. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.65. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

6.66. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.67. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

6.68. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

6.69. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.70. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

6.71. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.72. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

6.73. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em data razoável e oportuna, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. O prazo somente começará a fluir quando a documentação comprobatória, juntamente com a planilha de atualização dos custos forem devidamente aprovadas pela Assessoria Contábil do CRP-01/DF, ou seja, antes da planilha estar de acordo e consoante as normativas contábeis, o prazo não começará a fluir.

6.74. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

6.75. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento, mediante aditivação (termo aditivo contratual).

6.76. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no artigo 124,

inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.77. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

6.78. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

6.79. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

6.80. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento (termo aditivo contratual).

Da cessão de direitos

6.81. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

6.82. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

6.83. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.84. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.

6.85. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração Pública.

6.86. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7. Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador Conta - Depósito Vinculada

7.1. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.3. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Pública Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.4. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração Pública (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.5. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias,

que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.6. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.6.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.6.2. Férias e um terço constitucional de férias; 7.6.3. Multa sobre o FGTS; e

7.6.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.7. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.8. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.10. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.11. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

7.12. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração Pública, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.13. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o

pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.14. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.15. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. Infrações administrativas

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.6. Multa, conforme os limites previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 05/2017.

8.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.8. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.11. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a

contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.13. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.14. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas. Assim, solicita-se que a(s) empresa(s) fiquem atentas no tocante as comunicações que estarão escritas em suas propostas, com o fito de evitar colocarem contatos que não são mais utilizados/incorretos e etc.

8.15. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.15.1. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

8.15.2. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.15.3. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.15.4. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.18. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20. Os débitos do Contratado para com a Administração Pública Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

9.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio

ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.15. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá 9.16. comprovar tal condição mediante a apresentação de

declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.21. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) por valor estimado da contratação; e

9.22. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV deste Termo de Referência, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.25.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.25.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnico-Operacional

9.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na

prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

9.30. Com a finalidade da contagem do prazo de 3 (três) anos, os atestados de capacidade técnica deverão vir com o tempo/prazo de duração do serviço efetivamente prestado para a empresa pública/privada ou órgão público;

9.30.1. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, número de postos de trabalho equivalente ao da contratação;

9.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração Pública, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório na cidade de Brasília-DF, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do artigo 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, para um período de 12 (doze) meses, é de R\$ 86.034,24 (oitenta e seis mil trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na pesquisa de preços, conforme o quadro a seguir:

Serviço	Fornecimento de 01 (um) posto de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra exclusiva e contínua, com fornecimento de material de limpeza/higienização.
Qtde de postos de trabalho	01
Valor total estimado - mês	R\$ 7.169,52 (sete mil cento e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).
Valor total estimado anual	R\$ 86.034,24 (oitenta e seis mil, trinta e quatro reais e vinte quatro centavos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/unidade: 389250;

Conta: 6.2.2.1.1.01.04.04.008 - Serviços de Limpeza e Conservação;

Centro de Custo: 01.03.01- Serviços - Sede (manutenção e apoio administrativo).

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento para os próximos anos, o qual, após a assinatura contratual e a vigência contratual superando o ano calendário civil correspondente, será empenhada a referida despesa, até o término da vigência contratual, garantindo-se, assim, a saúde fiscal, financeira e contábil do contrato objeto da presente contratação.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXOS

13.1. São anexos ao Termo de referência:

Anexo I - Instrumento de Medição de Resultados - IMR;

Anexo II - Modelo de Planilha de Formação de Preços.

Anexo III - Declaração de contratos firmados com a Administração Pública;

Anexo IV - Estudos Técnicos Preliminares.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Barra Moraes, Técnico Administrativo - Administrativa**, em 09/04/2026, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivanildo Ribeiro Uchoa, Agente de Almoxarifado**, em 09/04/2026, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Sousa Silveira, Coordenador(a) Geral**, em 09/04/2026, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2771250** e o código CRC **2D7F1E4A**.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADOR 1 – CONDOTA DA MÃO DE OBRA

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a prestação dos serviços com a qualidade pretendida e dentro dos parâmetros estabelecidos.
Meta a cumprir	Conduta praticada pela mão de obra
Instrumento de medição	Tabela de incidências relacionadas ao empregado
Forma de acompanhamento	<i>In loco</i>
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	X = Somatório da pontuação prevista na tabela de incidências durante cada mês, considerando cada ocorrência individualmente
Início de vigência	Data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Se X = 0 a 4, pagamento integral da parcela mensal. Se X = 5 a 9, pagamento de 98 % da parcela mensal. Se X = 10 a 15, pagamento de 95 % da parcela mensal. Se X = 16 a 20, pagamento de 90 % da parcela mensal. Se X > 20, inexecução parcial do contrato.

TABELA DE INCIDÊNCIAS RELACIONADAS AO EMPREGADO

ITEM	INCIDÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	LOCAL DA PRESTAÇÃO	PONTUAÇÃO POR OCORRÊNCIA	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS	TOTAL (PONTUAÇÃO X QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS)
1	Ausentar-se do serviço durante o expediente sem autorização.	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	1		
2	Apresentar-se sem uniforme	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	1		

	ou com uniforme incompleto sem justificativa aceita pela fiscalização.					
3	Deixar de cumprir ordem ou diretiva de trabalho do órgão contratante.	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	2		
4	Exercer atividades incompatíveis com sua função no horário de trabalho.	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	3		
5	Retirar, sem autorização, documento (comum) ou objeto do local de trabalho.	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	4		
6	Apresentar conduta inadequada em serviço.	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	5		
7	Extraviar documento (comum) sob sua responsabilidade.	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	5		
8	Retirar, sem	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	10		

	autorizaçã o, ou extraviar, document o que esteja gravado de sigilo ou exija sigilo de seu conteúdo.	mpregado				
--	---	----------	--	--	--	--

***O Fiscal do Contrato deverá detalhar a ocorrência, informando, sempre que possível, local, data, hora e demais informações que julgar pertinentes ao registro das incidências.**

DETALHAMENTO DAS OCORRÊNCIAS

[illegible]

INDICADOR 2 – CONDOTA DA EMPRESA CONTRATADA

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a prestação dos serviços com a qualidade pretendida e dentro dos parâmetros estabelecidos
Meta a cumprir	Conduta da empresa contratada
Instrumento de medição	Tabela de incidências relacionadas à empresa
Forma de acompanhamento	<i>In loco</i>
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo (Incidências 1 a 5)	X = Somatório da pontuação prevista na tabela de incidências durante cada mês, considerando cada ocorrência individualmente.
Mecanismo de cálculo (Incidências 1 a 5)	X= Verificação da incidência ou não, durante cada mês, considerando cada posto de trabalho
Início de vigência	Data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento (Incidências 1 a 5)	Se X = 0 a 4, pagamento integral da parcela mensal. Se X = 5 a 9, pagamento de 95 % da parcela mensal. Se X = 10 a 15, pagamento de 90 % da parcela mensal. Se X > 15, inexecução parcial do contrato.
Incidências Especiais (incidências 6 a 8)	Item 6: -Ocorrência em até 2 postos de trabalho: inexecução parcial do contrato. - Ocorrência em mais de 2 postos de trabalho: inexecução total do contrato. -Os dias de serviço não prestados, serão descontados do valor a ser pago à contratada, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato ou na Lei 14.133/2021. Item 7 e 8: -Ocorrência em até 1 posto de trabalho: inexecução parcial do contrato. - Ocorrência em 2 ou mais postos de

	<p>trabalho: inexecução total do contrato.</p> <p>- Os dias de serviço não prestados, serão descontados do valor mensal devido à contratada, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato ou na Lei 14.133/2021.</p>
--	---

TABELA DE INCIDÊNCIAS RELACIONADAS À EMPRESA CONTRATADA

IT E M	INCIDÊN CIA	UNIDADE DE MEDIDA	LOCAL DE PREST AÇÃO	PONTU AÇÃO POR OCORR ÊNCIA	QUANTI DADE DE OCORRÊ NCIAS	TOTAL (PONTUA ÇÃO X QUANTID ADE DE OCORRÊ NCIAS)
1	Deixar de comunica r a CONTRA TANTE, informand o a justificativ a, as alteraçõe s e substituiç ões de empregad o, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme determina o item 2.2.3.7. do Contrato.	Por incidência/e mpregado	CRP-01/DF	2		
2	Deixar de substituir empregad o no prazo do item 2.2.3.7 do Contrato.	Por incidência/e mpregado	CRP-01/DF	2		

3	Deixar de substituir empregado em folgas, descanso ou saídas programadas de até 1 dia.	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	5		
4	Deixar de substituir empregado em atestado médico de até 1 dia.	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	5		
5	Deixar de substituir empregado em gozo de férias em até 1 dia do início do gozo.	Por incidência/empregado	CRP-01/DF	5		

***O Fiscal do Contrato deverá detalhar a ocorrência, informando, sempre que possível, local, data, hora e demais informações que julgar pertinentes ao registro das incidências.**

INCIDÊNCIAS ESPECIAIS

ITEM	INCIDÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO	LOCAL DA PRESTAÇÃO	OCORRÊNCIA*
6	Deixar de prestar os serviços por até 5 dias (úteis), consecutivos ou não.	Por incidência		CRP-01/DF (setor: atendimento e/ou financeiro)	(...)
7	Deixar de prestar os serviços de 6 até 10 dias (úteis), consecutivo	Por incidência		CRP-01/DF (setor: atendimento e/ou financeiro)	(...)

	s ou não.				
8	Deixar de prestar os serviços por mais de 11 dias (úteis), consecutivo s ou não.	Por incidência		CRP-01/DF (setor: atendimento e/ou financeiro)	(...)

****Preencher com “S” para SIM, caso haja incidências e “N” para NÃO, caso não haja incidências ocorridas.**

***O Fiscal do Contrato deverá detalhar a ocorrência, informando, sempre que possível, local, data, hora e demais informações que julgar pertinentes ao registro das incidências.**

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO II – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (SEM VALORES)

Nº DO PROCESSO	
LICITAÇÃO/DISPENSA /CONTRATAÇÃO Nº	
EMPRESA	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	/ / 2026
B	Município/UF	Brasília/DF
C	CCT (Referência)	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2026
D	Número de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR
Limpeza e Conservação	m²/posto	1 posto

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas_	Limpeza e conservação
2	Salário normativo da categoria profissional	1.862,09
3	Categoria profissional (vinculado à execução contratual)	Servente de limpeza
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
5	Quantidade (nº de trabalhadores)	1

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
I	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	VALOR (R\$)

A	Salário Base	R\$ 1.862,09
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	324,20
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	
G	Outros (especificar)	R\$
Total da remuneração		R\$ 2.186,29

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 182,12
B	Férias e Adicional de Férias	2,38%	R\$ 52,03
Total			R\$ 234,15

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 437,26
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 54,66
C	SAT	3,49%	R\$ 73,29
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 32,79
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 21,86
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 13,12
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,37
H	FGTS	8,00%	R\$ 174,90
Total		37,29%	R\$ 812,25

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 130,27
C	Auxílio Alimentação	R\$ 1.020,36
D	Auxílio Saúde (Plano de Saúde)	R\$ 209,40
E	Assistência Odontológica	R\$ 14,28

F	Assistência Funeral	R\$ 3,78
Total		R\$ 1.378,09

Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias	R\$
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$
Total		R\$

Módulo 3 – Provisão para rescisão (redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		R\$
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		R\$
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		R\$
D	Aviso Prévio Trabalhado		R\$
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio		R\$
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		R\$
Total			R\$

Submódulo 4.1. - Substituto nas Ausências Legais (redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais (1)	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias		R\$
B	Substituto na cobertura de ausências legais		R\$
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade		R\$
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de		R\$

	trabalho		
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade		R\$
F	Substituto na cobertura de outras ausências (auxílio doença)		R\$
Total			R\$

(1) Para o item “A” recomenda-se a utilização da metodologia de cálculo prevista no ANEXO VII-D da Instrução Normativa (IN) Nº 05/2017. Quanto aos demais itens recomenda-se que sejam considerados a média percentual praticada pelas empresas do ramo, tendo em vista que o cálculo para chegar aos percentuais é considerada a estatística de cada empresa no que se refere as ausências de funcionários.

Submódulo 4.2 – Substituto na intrajornada (redação dada pela Instrução Normativa nº 07, de 2018)

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	0%	R\$
Total			

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		R\$
4.2	Substituto na Intrajornada		R\$
Total			R\$

Módulo 5 – Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Equipamentos	R\$
A	Materiais de Uso Excepcional e Utensílios	R\$
B	Materiais de Uso Contínuo Mensal (Não Excepcional)	R\$
C	Uniforme	R\$
D		R\$
Total		R\$

Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos indiretos, tributos	Percentual (%)	Valor (R\$)
----------	-----------------------------------	-----------------------	--------------------

	e lucro		
A	Custos Indiretos		R\$
B	Lucro		R\$
C	Tributos		R\$
	C.1.	Tributos Federais (PIS + COFINS)	R\$
	C.2.	Tributos Estaduais (especificar)	R\$
	C.3.	Tributos Municipais (ISS)	R\$
	C.4.	Tributos Municipais (especificar)	R\$
Total			R\$

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$
Valor Total por Empregado		R\$

Apenso ao ANEXO II – TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas pela Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Empregadores dos Empregados de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizados do Distrito Federal (SINDISERVIÇOS/DF) ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de 77,26% (setenta e sete vírgula vinte e seis por cento), conforme planilha de cálculo, abaixo transcrita.

Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos

trabalhadores, conforme acórdão TCU nº 775/2007, deverá constar nos editais de licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de encargos sociais previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos art. 607 e 608 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A Convenção Coletiva de Trabalho utilizada como paradigma, considerando que o CRP-01/DF é situado no DF, foi a de número de registro do MTE: DF000042/2025, Data de Registro no MTE: 30/01/2025, Número da Solicitação: MR004385/2025, Número do Processo: 19964.200521/2025-61, Data de Protocolo: 29.01.2025, com vigência de 01/01/2025 a 31/12/2026, a data-se da categoria é 01/01/2025 (Acordos Coletivos, Convenções Coletivas e eventuais termos aditivos podem ser consultados no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a partir do link: <https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

Alguns dos trechos acima foram retirados da própria Convenção, não ficando este órgão Público vinculado ou responsável pelo cunho de reprodução nele contido.

TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS

GRUPO “A” – SEGURIDADE SOCIAL

1	GPS, FGTS e outras contribuições	%
A	INSS (Art. 22, inciso I, da Lei nº 8.121/91)	20,00%
B	FGTS (Art. 15 da Lei nº 8.036 e art. 7º, inciso III da CF/88)	8,00%
C	SESC (Decreto nº 61.836/67)	1,50%
D	SENAC (Decreto nº 61.843/67)	1,00%
E	SEBRAE (Decreto nº 99.570/90)	0,60%
F	INCRA (Lei nº 7.787 de 30/06/89 e Decreto-Lei nº 1.146/70)	0,20%
G	SALÁRIO EDUCAÇÃO (Art. 3, inciso I, do Decreto nº 87.043/82)	2,50%
H	RISCOS AMBIENTAIS DE TRABALHO (Decreto nº 6.042/2007 e Lei nº 10.666/2003)	3,49%
Total		37,29%

GRUPO “B” – CUSTO DAS SUBSTITUIÇÕES

2	Ausências Legais	%
A	REPOSIÇÃO DE FÉRIAS GOZADAS (Art. 142, Decreto-Lei nº 5.542/42 e art. 7º, inciso XVII da CF/88)	7,29%
B	REPOSIÇÃO DE FALTAS E AUSÊNCIAS (Art. 18 da Lei nº 8.212/91 e artigos 473 e 822 da CLT e art. 7º, inciso XIX da CF/88)	3,78%
C	REPOSIÇÃO DE AFASTAMENTOS POR	0,12%

	DOENÇA E ACIDENTE (Art. 18 da	
Total		11,19%

GRUPO “C” – DIREITOS SEM PRODUÇÃO EFETIVA

3	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%
A	13º Salário (Lei nº 4.090/62, inciso VIII e art. 7º CF/88).	8,33%
B	Adicional de Férias Gozadas (Art. 7º, inciso XVII, da CF/88 e Súmula nº 328/TST)	2,38%
Total		10,71%

GRUPO “D” – CUSTO DAS RESCISÕES

4	PROVISÃO PARA RESCISÃO E INDENIZAÇÕES	%
A	AVISO PRÉVIO INDENIZADO (Art.487 CLT e Inciso XXI do Art. 7º CF/88)	1,28%
B	AVISO PRÉVIO COMPLEMENTAR (Lei nº 12.506/2011 e inciso XXI do Art. 7º CF/88)	0,83%
C	REFLEXOS SOBRE OS AVISOS PRÉVIOS INDENIZADOS (IN SRT 15 de 14 de julho de 2010)	0,41%
D	FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO E COMPLEMENTAR (Súmula 305 TST e IN 99 do Ministério do Trabalho)	0,18%
E	AVISO PRÉVIO TRABALHADO (CLT Art. 488, § Único e art. 7º inciso XXI da CF/88)	0,16%
F	ENCARGOS SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO (Art. 28 da Lei nº 8.212/91)	0,06%
G	MULTA DO FGTS (Art. 487 CLT e art. 10, inciso I, Disposições Transitórias da CF/88)	3,20%
H	FÉRIAS INDENIZADAS (Artigo 146, § único da CLT)	1,67%
I	ADICIONAL SOBRE FÉRIAS INDENIZADAS (Art. 7, item XVII da CF/99 e Súmula nº 328/TST)	0,56%
Total		8,35%

GRUPO “E” – CUSTO COMPLEMENTARES

4	Direitos sobre o Abono Pecuniário	%
A	ABONO PECUNIÁRIO (Art. 143 da CLT)	0,52%
B	1/3 CONSTITUCIONAL DO ABONO PECUNIÁRIO (Art. 7º, item XVII da CF/88 e Súmula nº 328/TST)	0,17%
Total		0,69%

GRUPO “F” - INCIDÊNCIAS

4	Custos decorrentes das incidências	%
A	INCIDÊNCIA GRUPO “A” SOBRE OS GRUPOS “B” + “C”	8,74%
B	FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,24%
C	INCIDÊNCIAS SALÁRIO MATERNIDADE	0,05%
Total		9,03%

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	77,26%
-----------------------------------	---------------

Observação: O(s) sindicato(a) indicado(s) não é(são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotado(a)s por cada licitante/contratado.

ANEXO II – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (COM VALORES)

Auxiliar de Serviços Gerais

Quadro Resumo – Planilha de Formação de Preços							
ITEM	CATEGORIA	CONVENÇÃO COLETIVA	CLASSIFICAÇÃO DO BRASIL EIRA DE OCUPAÇÕES - CBO	QUANTIDADE DE POSTOS (A)	SALÁRIO BASE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR UNITÁRIO ANUAL (12 MESES)
01	Auxiliar de serviços gerais	CCT 2026-2027	5143-20	01	R\$ 1.862,09	R\$ 7.169,52	R\$ 86.034,24
VALOR TOTAL				01		R\$ 7.169,52	R\$ 86.034,24

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 , DE 25 DE MAIO DE 2017

Auxiliar de Serviços Gerais

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	Brasília-DF
C	Convenção Coletiva do Trabalho (referência. Não obrigatória)	SINDISERVIÇOS/DF
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2026/2027
E	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Apoio	Posto	1

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Apoio
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.862,09
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Auxiliar de serviços gerais
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2026

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base	100,00 %	1.862,09
B	Adicional de periculosidade	0,00%	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00%	0,00
D	Adicional noturno	0,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0,00%	0,00
F	Adicional de Hora Extra	0,00%	0,00
G	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	0,00%	0,00
H	Intervalo Intra jornada	0,00%	0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			1.862,09

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	VALOR (R\$)

A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	8,33%	182,12
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	2,38%	52,03
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		10,71%	234,15

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	437,26
B	Salário Educação	2,50%	54,66
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,49%	73,29
D	SESC ou SESI	1,50%	32,79
E	SENAI - SENAC	1,00%	21,86
F	SEBRAE	0,60%	13,12
G	INCRA	0,20%	4,37
H	FGTS	8,00%	174,90
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		37,29%	812,25

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte [(22 dias x R\$ 5,50 x 2)-(Salário base x 6%)]	R\$ 5,50	137,38
B	Auxílio alimentação - CCT Cláusula Décima Sexta (R\$44,30*22 dias)	R\$ 44,30	1.020,36
C	Assistência médica e Familiar - CCT Cláusula Décima Oitava	R\$ 200,00	209,40
D	Assistência odontológica - CCT Cláusula Décima Nona	R\$ 13,64	14,28
E	Seguro de vida, invalidez e funeral - CCT Cláusula Vigésima	R\$ 3,61	3,78
F	Auxílio creche	-	-
G	Outros (especificar)	-	-
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			1.385,20

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	356,24
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	783,06
2.3	Benefícios Mensais e Diários	1.378,09
TOTAL DO MÓDULO 2		2.517,39

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (Art. 487 CLT e Inciso XXI do Art. 7º CF/88)	1,28%	27,98
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (8% x 1,81% = 0,14%)	0,24%	4,18
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	3,20%	69,96
D	Aviso prévio trabalhado (CLT Art. 488, Pár Único e Art. 7º Inciso XXI da CF/88)	0,16%	3,50
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado (37,29% x 0,16% = 0,06%)	0,06%	1,31
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (Item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 – 3,20% x 10% do pessoal recebe aviso trabalhado)	0,32%	5,58

TOTAL DO MÓDULO 3	5,26%	112,51
--------------------------	--------------	---------------

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias	7,29%	127,12
B	Substituto na cobertura de ausências legais e ausências por doença	3,78%	65,91
C	Substituto na cobertura de licença-paternidade	0,12%	2,09
D	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho	0,12%	2,09
E	Substituto na cobertura de afastamento maternidade	0,05%	0,87
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário	7,39%	128,86
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		18,75%	326,94

Submódulo 4.2 - Intra jornada		VALOR (R\$)
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Ausências Legais	326,94
4.2	Intra jornada	0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		326,94

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS	VAL. UNIT	VALOR MENSAL(R\$)
A	Uniformes/EPI's	22,60	
B	Materiais	R\$ 709,47	
C	Equipamentos		
D	Crachá	R\$ 1,30	
E	Outros (especificar)	-	
TOTAL DO MÓDULO 5		R\$ 733,37	

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	13,86%	641,83
B	Lucro	10,00%	527,39
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,88%	61,57

C.2	COFINS	4,06%	284,06
C.3	ISS	5,00%	349,83
TOTAL DO MÓDULO 6		33,8%	1.864,68

a)	Tributos % = $T_o = \dots\dots\dots$	8,65%	
	100		
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= P_o		5.801,38
	= $\dots\dots\dots$		
c)	$P_o / (1 - T_o) = P_1$		6.350,71
	= $\dots\dots\dots$		
Valor dos Tributos = $P_1 - P_o$			549,33

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	2.186,29
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAL E DIÁRIOS	2.468,53
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	91,71
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	326,94
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	1,30
	Subtotal (A + B + C + D + E)	4.632,17
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	1.718,54
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		6.350,70
		6.350,69

-0,01

ATENÇÃO: A empresa deverá preencher a planilha observando todos os requisitos legais, bem como os dispostos na Convenção Coletiva da categoria.

ANEXO - III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA
PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que a empresa xxxxx, inscrita no CNPJ (MF) nº xxxxxx, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

ÓRGÃO/EMPRESA	Nº CONTRATO/ADITIVO	VIGÊNCIA		VALOR TOTAL ANUAL DO CONTRATO ATUALIZADO
		INÍCIO	TÉRMINO	
VALOR TOTAL DOS CONTRATOS ATUALIZADOS				

Brasília, xx de xxxxx de 2026.

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO

Cálculo visando comprovar que o patrimônio líquido é superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada. O resultado da expressão deverá ser superior a 1.

Valor do Patrimônio Líquido X 12

Valor total dos Contratos

COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta informada na DRE. Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

$$(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100$$

Valor da receita bruta

JUSTIFICATIVA PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL MAIOR QUE 10%This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.**Observações:**

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.
3. Além dos nomes dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.
4. Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 1ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 570100057.000003/2026-61

O presente estudo técnico tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no documento de oficialização (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o processo de aquisição de produto ou contratação de serviço.

Ressalta-se que, conforme disposição do §2º, Art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e do §1º, Art. 9º da Instrução Normativa nº 58/2022, os elementos de números 1, 5, 6, 7 e 13 são obrigatórios. Os demais itens não são de preenchimento obrigatório, contudo, quando não forem contemplados, a área técnica requisitante deverá apresentar as devidas justificativas para sua ausência.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

Trata-se de contratação de serviço continuado, com dedicação exclusiva de mão de obra para a execução de limpeza e conservação, com fornecimento também de todo o material de higienização necessário para a execução dos serviços.

Consoante contratos anteriores firmados aos longos dos anos dessa Autarquia Federal, bem como da área a ser realizada os serviços descritos de limpeza e conservação da sede e do auditório do CRP-01/DF, constatou-se a necessidade de 01 (um) posto para realização dos serviços descritos.

Os serviços de limpeza e conservação serão executados na sede do CRP-01/DF de segunda-feira a sexta-feira das 09h00 às 18h00, com intervalo intrajornada de 01 (uma) hora, totalizando 40h00min (quarenta horas) semanais, considerando-se os dias úteis.

Conforme delineado em contratos anteriores, a área abrangida é de aproximadamente 349m² (trezentos e quarenta e nove metros quadrados) da sede do CRP-01/DF e 146m² (cento e quarenta e seis metros quadrados) do auditório, o qual deverá ser limpo apenas esporadicamente, tendo em vista o pouco uso.

Ainda, observa-se, que restou consignado no Documento de Formalização da Demanda (DFD), no item 3 que: “É necessária atenção no tocante a área da sede do CRP-01/DF que sofrerá uma significativa redução ao longo do contrato, pois o CRP-01/DF devolverá espaço de “área comum” que atualmente utiliza, de forma locada, áreas de propriedade do Condomínio ao qual estão localizados”, ou seja, se anteriormente apenas 01 (um) posto era necessário, com a efetiva redução de área da sede, não se fará necessário mais 01 (um) outro posto.

Então, considerando o histórico de uso anteriores, com levantamento de contratos anteriores do mesmo serviço e da área a qual o posto contratado efetuará os serviços, tem-se que se faz necessário a continuidade de apenas 01 (um) posto para realização dos serviços de limpeza e conservação do referido órgão público.

Em continuidade, observa-se que o mesmo DFD, já em consulta a artefatos pretéritos, os quais foram possíveis constatar o rol de materiais utilizados mensalmente no presente órgão, constatou que a empresa a ser contratada deverá fornecer os seguintes materiais, mensalmente, sendo que frisou que a quantidade

pode variar conforme a utilização, para mais ou para menos, mas respeitando-se os critérios de valores econômicos que serão orçados, tendo como base a tabela abaixo discriminada:

QUANTIDADE	MATERIAL
06 (seis) litros	água sanitária
04 (quatro) unidades	álcool
05 (cinco) litros	sabão de piso
05 (cinco) unidades	bom ar
05 (cinco) litros	desinfetante
05 (cinco) unidades	detergente de copa
06 (seis) unidades	esponja dupla face
04 (quatro) unidades	flanela
05 (cinco) unidades	limpa vidros
06 (seis) unidades	limpador multiuso
05 (cinco) unidades	lustra móveis
02 (duas) unidades	luva
01 (uma) unidade	pá de lixo
04 (quatro) unidades	papel toalha
02 (dois) fardos	papel higiênico
04 (quatro) unidades	pano de chão
01 (um) pacote	saco de lixo de 100 (cem) litros
01 (um) pacote	saco de lixo de 50 (cinquenta) litros
05 (cinco) litros	sabonete líquido
01 (uma) unidade	limpa inox
04 (quatro) unidades	pano multiuso
02 (duas) unidades	pano de prato
02 (duas) unidades	fibra de aço
*02 (duas) unidades	balde
*02 (duas) unidades	vassoura
*02 (duas) unidades	rodo

*** Apenas se necessário.**

Ainda, em estudos preliminares das diversas legislações de regência que impactam o caso concreto, verificou-se a existência de Convenção Coletiva de Trabalho, o qual, no capítulo “Políticas de Manutenção do Emprego”, na cláusula trigésima quarta, há a prescrição de que a empresa contratada tenha que contratar o emprego já contratado e que exerce o atual posto na presente Autarquia Federal, *in verbis*:

POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – INCENTIVO À CONTINUIDADE

Fica pactuado que às empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidades legais, inclusive as gestantes; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possua qualquer tipo de estabilidade legais, inclusive as gestantes; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possua qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, **sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados no novo contrato**, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao Sindicato Laboral, inclusive por correspondência eletrônica, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo.” (Convenção Coletiva de Trabalho 2025-2026, Número de Registro no MTE: DF000042/2025, Data de Registro no MTE: 30/01/2025; Número de Solicitação: MR004385/2025; Número de processo: 19964.200521/2025-61; Data do Protocolo: 29/01/2025, Partes: Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporário e Serviços Terceirizáveis do DF, inscrita no CNPJ nº 00.438.770/0001-10 e Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF, inscrito no CNPJ nº 00.530.626/0001-00) – (grifos acrescidos).

Verifica-se, pois, que o quantitativo de posto utilizado atualmente pelo CRP-01/DF é de 01 (um) funcionário e após pesquisas e estudos realizados, constatou-se que a necessidade é de se continuar o quantitativo de 01 (um) funcionário, devendo, pois, consoante a Convenção Coletiva supra, contratar o(a) funcionário(a) que atualmente presta os referidos serviços no presente órgão.

Os serviços a serem contratados são classificados como "serviços comuns", uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

A presente contratação tem como objetivo permitir o desenvolvimento de atividades fins e meio ao cumprimento das obrigações do CRP-01/DF, bem como assegurar a continuidade da prestação dos serviços prestados atualmente, considerando que o contrato atual terá sua vigência encerrada em 02.05.2026 e não há possibilidade de nova prorrogação, bem como não há como a presente Autarquia Federal continuar funcionando sem a realização da efetiva limpeza e conservação de suas unidades.

Destaca-se que a referida contratação guarda amparo no Planejamento Estratégico nº 09, com vigência de 2023-2025 do CRP-01/DF, o qual dispõe o seguinte: “Entregar um espaço adequado, dialogado com a equipe, de modo a proporcionar uma melhor qualidade de vida no trabalho no CRP-01/DF” e restou enfatizado no DFD de que na ausência de um Planejamento Estratégico vigente para 2026, prorrogar-se-á o anterior até um novo surgir.

Assim, a contratação visa, ainda, garantir a continuidade das demandas internas e externas do CRP-01/DF, sendo tais serviços de limpeza e conservação consideradas essenciais para que o CRP-01/DF possa realizar suas atividades legais e que não podem sofrer interrupção sob pena de comprometimento ao desenvolvimento de suas atividades institucionais, em respeito ao princípio da proibição da descontinuidade dos serviços públicos, bem como facilitar o exercício de suas atribuições e competências.

Pretende-se, assim, manter o espaço utilizado pelos funcionários, conselheiros, demais colaboradores e psicólogos com a higienização, organização e com o asseio necessário ao cumprimento das obrigações desta Autarquia Federal, tendo como base as demandas do serviço público realizado e ofertado, adequadas às demais necessidades desta Autarquia Federal Pública que possui espaços de uso coletivo, o qual comporta atendimento, frisamos, ao público interno e ao público externo.

Finalmente, por imperioso, urge registrar que a pretendida contratação não tem o condão de usurpar a competência das carreiras públicas do CRP-01/DF. Ao revés, busca-se apoiá-las para dar eficiência e agilidade no cumprimento das missões institucionais desta Autarquia Federal, de tal forma a poder consolidar uma Administração Pública gerencial, em substituição à antiga visão de Administração burocrática.

Para corroborar o fato supra mencionado, destaca-se que não há nos quadros funcionais a instituição e/ou a previsão do cargo de agente de limpeza e conservação, destacando-se o fato que também não poder-se-ia atribuir as referidas atividades de limpeza e conservação para algum funcionário dos quadros efetivos do CRP-01/DF, considerando que não guarda correlação de atribuições, de competências e nem de grau acadêmico com nenhum dos quadros funcionais hoje constantes desta Autarquia Federal Pública.

Por fim, faz-se necessária a realização de licitação para atender as necessidades do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF), bem como evitar que a completa ausência de um profissional de limpeza e conservação, certamente, comprometeria a eficiência dessa administração em suas ações, bem como tornaria inviável a ocupação do espaço físico da sede e do auditório do CRP-01/DF, por completa insalubridade.

Outrossim, destaca-se, novamente, ser essa tarefa acessória (de limpeza e conservação) a atividade fim e meio do órgão e indispensável ao seu funcionamento, justifica-se a presente contratação.

Destarte, a contratação do objeto torna-se essencial à manutenção dos serviços prestados a categoria de psicólogos e psicólogas de todo o Distrito Federal, bem como de todos os colaboradores desta Autarquia e demais pessoas que possam frequentar este ambiente, ficando clara a necessidade desta Administração Pública atuar com agilidade e eficiência, mantendo o ambiente limpo, organizado, asseado e salubre para que possa distribuir as suas demandas internas e externas de forma adequada, uma vez que é seu dever e responsabilidade organizar e prestar os serviços de interesse local, ao passo que é direito de todos receber os serviços públicos de qualidade, bem como de habitar um lugar limpo, organizado, asseado e livre de eventuais mazelas que podem ser acometidas àqueles que adentram em lugares insalubres.

Diante da larga fundamentação supra, pelas razões expostas, faz-se necessária a contratação de empresa especializada que fornecerá os serviços de limpeza e conservação com fornecimento de 01 (um) posto e de material de higienização para atender as necessidades desta Autarquia Federal.

Previsão no Plano de Contratações Anual

Há previsão expressa no Plano Anual de Contratações de 2026, sob o número identificador de futura contratação 389250-9/2026.

Requisitos da contratação

São requisitos da presente contratação os que seguem:

Documentos relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário individual, ou;
- c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Observação: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

Quanto a HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se empresa individual, ou no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica, atualizado;
- b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- f) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).

Quanto a HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência

máxima de 60 (sessenta) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso.

b) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

Quanto a HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante a este que está sendo licitado, com o devido registro, ou visto, na entidade profissional competente (CRA) (Atestado de Capacidade Técnica, art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021).

b) Comprovação de Registro ou Certidão de inscrição da empresa no Conselho Regional de Administração (CRA), da região da sede da empresa. Caso a empresa vencedora não seja sediada no Distrito Federal (sede do CRP-01/DF), poderá providenciar o visto junto ao CRA-DF até o início dos serviços.

Atenção: A proponente, deverá ainda, sob pena de inabilitação, declarar:

a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Federal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

e) Que não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

f) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

g) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

h) Que na proposta já estão inclusos todos os custos, sejam estes impostos, salário, direitos trabalhistas, materiais de higienização, dentre outros.

i) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

O presente processo administrativo visa contratar uma empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação para a sede e o auditório do CRP-01/DF, com fornecimento de 01 (um) posto/01 (uma) mão de obra e de materiais de higienização, pelo período de 12 (doze) meses.

Tendo em vista que o(a) profissional contratado(a) atuará na limpeza e conservação na sede e no auditório do CRP-01/DF, o perfil do(a) candidato(a) deverá atender minimamente os seguintes requisitos:

- a) ensino fundamental completo;
- b) deve pertencer ao quadro de funcionários da contratada;
- b.1) deve ser observada a Cláusula Trigésima Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho de 2025/2026;
- c) experiência na execução das atividades descritas para o posto de serviço;
- d) experiência com atendimento ao público;
- e) capacidade de comunicar-se com fluência, desenvoltura e cordialidade, tratando com urbanidade as pessoas em seu ambiente de trabalho;
- e) senso de ordem, disciplina, iniciativa e discrição;

As atividades desenvolvidas no Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF), em sua sede e auditório, compreenderão:

Diariamente:

- a. Retirada de papéis dos cestos e detritos de lixo em geral existentes na área;
- b. Remover o pó das mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais moveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio etc.;
- c. Limpar/ lavar, bacias assentos pias e pisos dos sanitários com produtos desinfetantes;
- d. Varrer pisos, removendo os detritos acondicionando-os apropriadamente e retirando-os para local indicado pela contratante.
- e. Remover manchas e lustrar áreas enceradas;
- f. Passar pano úmido e polir os pisos;
- g. Limpar e remover o pó de capachos e tapetes;
- h. Executar outros serviços correlatos de frequência diária;
- i. Fazer café 02 (duas) vezes ao dia.

Semanalmente:

- a. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- b. Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado;
- c. Limpar bebedouros;
- d. Encerar/Lustrar todos os mobiliários e batentes com produto adequado;
- e. Limpar as forrações de couro/tecido e plástico em assentos e poltronas com produto adequado;
- f. Limpar todos os metais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc., com produto adequado;

- g. Limpar telefones com produto adequado
- h. Encerar/Lustrar os pisos se necessário;
- i. Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral;
- j. Executar demais serviços considerados necessários a frequência semanal.

Mensal:

- a. Limpar/remover manchas do teto, paredes e rodapés;
- b. Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados;
- c. Executar demais serviços considerados necessários a frequência mensal;

Bimestral:

- a. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- b. Limpar todos os vidros, face interna, aplicando-lhes produtos antiembaçantes;
- c. Executar demais serviços considerados necessários a frequência bimestral.

Todos os materiais e equipamentos necessários à boa execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA, tais como:

- a. Materiais destinados a higienização: Desinfetantes, vassouras, detergentes, sabão em pó, lustra moveis etc.
- b. Material de higiene: Papel toalha, papel higiênico dupla face, sabonete líquido que deverão ser de primeira qualidade e marca reconhecida no mercado.

Os serviços serão prestados com a alocação de 01 (um) agente de limpeza devidamente orientado pela CONTRATADA quanto as suas atividades, obrigações e responsabilidades, o qual deve sempre estar uniformizado e identificado;

Ainda, na execução do serviço, o(a) colaborador(a) de limpeza e conservação deverá:

- a. Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- b. Apresentar-se sempre uniformado(a) e fazer uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) sempre que se fizer necessário;
- c. zelar pela preservação do patrimônio do CRP-01/DF, mantendo a higiene, a organização e a boa aparência do local de trabalho;
- d. Cumprir rigorosamente os procedimentos estabelecidos nas normas internas, externas e rotinas específicas aos serviços de limpeza e conservação;
- e. Permanecer no posto de trabalho, não havendo afastamentos dos afazeres de forma injustificada e/ou alheias aos ditames da Administração Pública, principalmente em razão de chamados ou cumprimento de tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- f. Apresentar-se para o serviço utilizando uniforme e portando crachá de identificação, se assim o setor o exigir;
- g. Aplicar em suas atividades profissionais, o princípio da urbanidade, demonstrando perfil da cordialidade;
- h. Adotar postura adequada às funções desempenhadas, evitando conversas paralelas, distrações diversas, inclusive causadas por conversas em telefones pessoais celulares;
- i. Manter-se o(a) trabalhador(a), limpo(a) e asseado(a), bem como não fazer uso de cigarros ou produtos similares dentro do prédio do Conselho Regional de Psicologia

da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF);

j. Outras atividades inerentes ao serviço do referido cargo, ainda que não elencadas acima, mas que sejam de igual complexidade.

l. É vedado aos profissionais envolvidos nos serviços:

1) Praticar qualquer ato contrário à legislação de regência, especialmente no que atine ao uso de imagens para fins comerciais, divulgação de documentos relativos ao contrato e sua execução sem anuência do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF), utilização de meios, materiais ou serviços que impliquem em impacto ambiental, ou subcontratação dos serviços sob qualquer fundamento ou pretexto;

2) Adquirir ou comercializar produtos ou bens móveis e/ou imóveis nas dependências do contratante;

3) Utilizar material ou equipamento do contratante em atividades particulares e/ou estranhas à finalidade pública.

m. O(a) profissional envolvido(a) nos serviços deverão:

1) Zelar pela preservação do patrimônio do CRP-01/DF, mantendo higiene, limpeza e organização do local de trabalho;

2) Manter sigilo a respeito das informações que porventura tenham obtido no exercício de suas funções;

3) Porta-se com ética e compromisso em toda a sua atuação perante a contratante.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram consideradas três alternativas para suprir a necessidade de limpeza e conservação:

a) Contratação Direta (CLT): Descartada por não ser a atividade-fim do Conselho e pela onerosidade de gestão administrativa (substituições, treinamentos e encargos diretos).

b) Contratação por Metros Quadrados (Sem dedicação exclusiva): Avaliada como ineficiente para a sede e auditório, pois a natureza do fluxo de pessoas e eventos exige a presença constante de profissionais para manutenção imediata da higiene.

c) Terceirização com Dedicação Exclusiva (DEMO): Solução Escolhida. Mostrou-se a mais vantajosa por permitir o controle de qualidade por resultados, transferir a gestão de pessoal à contratada e garantir a cobertura integral dos postos conforme a convenção coletiva vigente.

É necessário salientar que na presente contratação não é possível automatizar ou tornar eletrônico o objeto, pois se trata de um serviço manual, do qual, o Brasil não dispõe de repositório de “robôs” que pudessem efetuar o serviço ora descrito de limpeza e conservação.

Outrossim a presente contratação também não pretende usurpar a competência das carreiras públicas do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF), ainda mais que não há nos quadros funcionais e sequer no Plano de Cargos e Salários, tal funcional ao qual se visa no presente caso a terceirização, ao revés, busca-se apoiá-las para dar eficiência e agilidade no cumprimento das missões institucionais desta Autarquia Federal, de tal forma a poder consolidar uma Administração Pública gerencial, em substituição à antiga visão de Administração burocrática, pois, somente com um ambiente salubre, limpo e asseado se faz possível a realização das atividades fins e meio desta Autarquia

Federal.

Outrossim, as empresas que atuam no mercado prestam serviços especializados não para alguma função técnica especificamente, mas sim especializados na administração de mão de obra. Conforme análise de pregões com objetos similares, o mercado apresenta uma gama diversificada de empresas que atuam com serviços de mão de obra almejada, tratando-se, pois, de um serviço caracterizado como comum.

Por se tratar de prestação de serviço genuinamente pessoal, a eficiência na execução se fará mediante profissional qualificado(a). Os materiais e recursos a serem utilizados serão fornecidos pela empresa que será contratada, consoante correlação expressa em tabela supra transcrita e verificada, conforme estudos contratuais anteriores, bem como que, em prol da sustentabilidade, alguns desses materiais serão reutilizáveis, tanto quanto for(em) possível(is) a sua utilização (produtos como balde, vassoura e rodo) mitigando dessa forma impactos ambientais e proporcionando a eficácia na prestação de serviços sustentáveis.

Os serviços serão executados utilizando-se mão de obra contratada de acordo com a legislação trabalhista, obedecidas também outras disposições estabelecidas em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho ou instrumento equivalente, celebrado entre as entidades sindicais patronal e laboral, homologados no Ministério do Trabalho, cumprindo-se os horários e rotinas estabelecidas no Termo de Referência, respeitando-se, assim, todo o arcabouço jurídico pátrio.

Soma-se a isso o fato de que a contratação de empresa especializada na prestação deste serviço agregará uma melhor imagem e aumento de eficiência dos serviços prestados pelo Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal, almejando e alcançando, assim, um maior índice de satisfação ao usuário (a) psicólogo (a) atendido (a), tendo em vista que a contratada, ao atender os requisitos editalícios, se obrigará a prestar seus trabalhos com os padrões de qualidade adequados, garantindo, ao final, que o CRP-01/DF sempre tenha um ambiente higienizado, salubre, asseado, por fim, adequado ao trabalho interno e ao atendimento do público externo (a categoria dos psicólogos do Distrito Federal, dentre outros).

Outrossim, as pesquisas de valores junto ao Sistema Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/>), pesquisa está anexa ao referido processo e denominada de “Relatório de Cotação: cotação rápida 61” e de “Mapa Comparativo de Preços”, que, em apertada síntese utilizou como parâmetro de pesquisas referente à “prestação de serviços de limpeza e conservação”, com fornecimento de mão de obra e materiais de higienização, ou seja, relacionados diretamente ao objeto ao qual se pretende ser contratado, demonstraram que os valores orçados estão de acordo com o praticado no mercado atual, no qual foram utilizadas fontes de pesquisas: 1-Compras.gor.br (www.gov.br/compras/pt-br) e 2) Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), conforme consta na página 06, do relatório de cotação citado, bem consta que “O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portaria”, ainda consta que a pesquisa de preço foi realizada “Conforme Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º”, o qual dispõe que “a pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V- Método matemático aplicado para a definição do valor estimado”. O relatório de cotação contém 06 (seis) páginas e o mapa de apuração de preços contém 01 (uma) página.

Logo, é evidente que a presente contratação obedece aos princípios basilares da administração pública, atendendo ao melhor interesse da população e fazendo bom uso dos recursos público, tornando-se a aquisição mais vantajosa à Administração.

Realizada pesquisa de preço no sistema Banco de Preços, pesquisa composta de diversos orçamentos, dentre os quais delimitou-se em 04 (quatro) propostas com preços estimados médios (calculados pelo próprio sistema).

Salienta-se que na pesquisa realizada foram encontrados valores da prestação de limpeza e conservação com fornecimento de mão de obra e material de limpeza para o período de 12 (doze) meses, com base de cálculo e unidade de medidas correlatas ao presente processo.

Preço estimado calculado pelo sistema para preço sem impacto do novo Acordo Coletivo da Categoria que impactou os preços a partir de 01.01.2026:

-Anual: R\$ 80.563,92 (oitenta mil quinhentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos);

-Mensal: R\$ 6.713,66 (seis mil setecentos e treze reais e sessenta e seis centavos).

Considerando a vigência do Acordo Coletivo da Categoria que possui vigência a contar de 01/01/2026, houve uma aplicação de +6,79% (seis virgula setenta e nove por cento), o qual aplicou-se ao valor encontrado pelo sistema, obtendo-se os valores mensais de:

-Anual: R\$ 86.034,24 (oitenta e seis mil trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos);

-Mensal: R\$ 7.169,52 (sete mil cento e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida consiste na contratação de serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização predial, a serem executados mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra . A solução compreende os seguintes pilares integrados:

4.1. Operação e Mão de Obra:

a) Alocação de posto de trabalho dimensionado conforme a área física da sede e do auditório, com jornada de 40 horas semanais, respeitando-se as normas da CLT e a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente.

b) Inclusão de uniformização completa e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à natureza do risco (químico e biológico), garantindo a segurança do trabalhador e a imagem institucional do Conselho.

4.2. Insumos e Logística:

a) Fornecimento integral de materiais de consumo (saneantes, papéis toalha, higiênicos, sabonetes) e os equipamentos necessários para as atividades.

b) A contratada será responsável pela reposição tempestiva dos insumos, assegurando que não haja interrupção na higienização das áreas comuns e banheiros, especialmente em dias de eventos no auditório.

4.3. Sustentabilidade e Conformidade Ambiental:

a) Uso obrigatório de produtos biodegradáveis e com certificação ambiental, conforme as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU.

b) Adoção de práticas de racionalização de uso de água e descarte seletivo de resíduos gerados durante a execução dos serviços.

Ressalta-se que a contratação é justificada pelo fato que a descontinuidade dos serviços de limpeza e conservação inviabilizaria a continuidade das atividades fins e meios do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-

01/DF).

A escolha da modalidade de pregão eletrônico, se dá em virtude que na fase de planejamento, estimou-se um valor superior ao limite de dispensa eletrônica, atualizado no valor de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), sendo que o valor estimado anual para a contratação pretendida supera, em muito, o valor teto limite da dispensa eletrônica, bem como, se trata de um serviço comum, de fácil mensuração no mercado, ademais de que a contratação mediante pregão, permitirá a renovação contratual, nos termos da lei, dos ora serviços contínuos que não devem ser descontinuados.

Momento no qual, frisa-se que de que a partir de 02.05.2025, em diante, o CRP-01/DF estaria desassistido dos referidos serviços, o que ocasionaria a inviabilidade de uso da sede e do auditório do CRP-01/DF, por insalubridade local, considerando que os espaços são de uso coletivo, como os setores de atendimento, banheiros e afins.

Outrossim, no que se refere ao critério de julgamento, diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço, sendo o objeto do presente pregão eletrônico (serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra e fornecimento de material de limpeza) será adjudicado e homologado aquela empresa que se consagrar vencedora após todos os procedimentos dispostos no processo de licitação, na modalidade pregão eletrônica, do tipo menor preço global por item.

A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor custo efetivo, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

A formalização da contratação por meio de Termo de Contrato se fundamenta no fato de que se trata de prestação continuada de serviços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, frisando-se que o termo contratual define as regras a serem seguidas pelas partes durante os meses e/ou anos os quais ocorrerão a prestação continuada dos serviços de limpeza e conservação, com a consequente fornecimento de mão de obra e de materiais de limpeza/higienização.

Quanto a possibilidade de subcontratar o objeto licitado, tem-se que no presente caso o fornecimento somente poderá ser efetuado pelo(a) Proponente Vencedor(a), devendo ser vedada sua terceirização/subcontratação (a famosa “quarteirização”, haja vista, tal possibilidade interferir diretamente na qualidade e objetivo final do objeto demandado, ao qual busca padronização metodológica na realização do objeto, não sendo transferível a obrigação assumida, bem como atrapalharia a fiscalização contratual a ser promovida pelo CRP-01/DF.

Logo, diante de todo o exposto é evidente que a presente contratação obedece aos princípios basilares da administração pública, atendendo ao melhor interesse da população/psicólogos (as) e fazendo bom uso dos recursos público, tornando-se a aquisição mais vantajosa à Administração Pública Federal, consoante exposto em larga fundamentação supra.

5.	ESTIMATIVA	DAS	QUANTIDADES	A	SEREM
CONTRATADAS/ADQUIRIDAS					

01 (um) funcionário de limpeza e conservação, que deverá desempenhar suas atividades descritas item 02, na sede e no auditório do Conselho Regional de

Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF), de segunda-feira a sexta-feira, das 09h00 às 18h00, com intervalo intrajornada de 01 (uma) hora, considerando-se os dias úteis.

6.1 Materiais previstos mensalmente podendo variar conforme a utilização:

QUANTIDADE	MATERIAL
06 (seis) litros	água sanitária
04 (quatro) unidades	álcool
05 (cinco) litros	sabão de piso
05 (cinco) unidades	bom ar
05 (cinco) litros	desinfetante
05 (cinco) unidades	detergente de copa
06 (seis) unidades	esponja dupla face
04 (quatro) unidades	flanela
05 (cinco) unidades	limpa vidros
06 (seis) unidades	limpador multiuso
05 (cinco) unidades	lustra móveis
02 (duas) unidades	luva
01 (uma) unidade	pá de lixo
04 (quatro) unidades	papel toalha
02 (dois) fardos	papel higiênico
04 (quatro) unidades	pano de chão
01 (um) pacote	saco de lixo de 100 (cem) litros
01 (um) pacote	saco de lixo de 50 (cinquenta) litros
05 (cinco) litros	sabonete líquido
01 (uma) unidade	limpa inox
04 (quatro) unidades	pano multiuso
02 (duas) unidades	pano de prato
02 (duas) unidades	fibra de aço
*02 (duas) unidades	balde
*02 (duas) unidades	vassoura
*02 (duas) unidades	rodo

*** Apenas se necessário.**

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

Após levantamento junto ao Sistema Banco de Preços, que utilizou-se de vários parâmetros de pesquisa, dentre os quais, já citados anteriormente, o sistema compras.gov e o Portal Nacional de Contratações Públicas, para itens similares aos que serão contratados, chegou-se aos valores supra mencionados.

Deste modo, utilizando-se como método de aferição da média do preço obtido, chegou-se a seguinte estimativa de preços para a contratação de R\$ 7.169,52 (sete mil cento e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) do valor unitário/mensal pelo posto de trabalho almejado, já incluso nos respectivos valores o equivalente a mão de obra e aos materiais que serão fornecidos e com o valor estimado total de R\$ 86.034,24 (oitenta e seis mil trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos)) para o objeto, no período de 12 (doze) meses, já aplicado e considerado o impacto do atual acordo coletivo da categoria vigente.

Segue a tabela com apertada síntese:

Quantidade de posto de trabalho	01 (um)
Valor unitário / mensal	R\$ 7.169,52
Valor total estimado anual	R\$ 86.034,24
Disponibilidade orçamentária	Foi informado haver disponibilidade orçamentária suficiente para a contratação pretendida em 2026.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra geral, sabe-se que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração Pública serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala;

Entretanto, trata-se de dispositivo que não traz uma regra absoluta pelo parcelamento ou não do objeto. Há que se avaliar, para cada tipo de contratação, se o parcelamento é benéfico ou não para a consecução dos objetivos, sob os pontos de vista técnico e econômico.

No caso dos serviços terceirizados, como é a situação presente, é notório que as empresas que atuam no mercado prestam serviços especializados não para alguma função técnica especificamente, mas sim especializados na administração de mão de obra.

Situação diferente ocorre no caso da prestação de serviços técnicos, com maior grau de especialização, como de manutenção predial, serviços de engenharia em geral, informática etc., cujas empresas prestadoras atuam de forma segmentada no mercado. Nesses casos, como regra, o parcelamento traria uma maior competitividade aos certames, com a tendência de obtenção de melhores preços.

Todavia, no presente caso, é tecnicamente mais adequado à Administração Pública que uma mesma empresa faça a administração do posto de trabalho e do fornecimento do material de limpeza, conforme vem sendo praticado nessa Administração Pública ao longo dos anos, em consonância com a legislação pátria de regência, ou seja, sem realização de parcelamento do objeto, sendo, pois, definido em 01 (um) único item, o qual será apenas dividido no quantitativo mensal, considerando que o serviço será prestado de forma contínua, mensalmente e a cada mês efetivamente o qual o serviço (mão de obra e fornecimento de material de limpeza) seja efetivamente prestado, esse será pago, consoante normas usuais

procedimentais de quitação financeira promovida internamente dentro desta Autarquia Federal.

Para a contratação de que trata o objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), opta-se pelo agrupamento de itens, verificando, *in casu*, que a presente dispensa de licitação possui apenas 01 (um) item, o qual engloba a terceirização dos serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra e dos materiais de limpeza/higienização necessários para a realização dos serviços descritos, por serem de mesma natureza gerencial, sendo utilizado como critério de julgamento o menor preço global do grupo.

Por fim, constata-se que será assegurada a gerência adequada da contratação e que dever-se-á atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades desta Administração Pública.

8. CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES CORRELATAS INTERDEPENDENTES

Processo SEI nº 570100057.000013/2025-15, o qual contratou-se, de por meio de dispensa de licitação emergencial, o objeto do presente contrato pelo período de 10 (dez) meses, o qual firmou-se contrato de vigência de 02/07/2025 a 02/05/2026.

Considerando que a vigência contratual se encerrará em 02/05/2026, faz-se necessário buscar garantir que nova contratação ocorra até 03/05/2026.

9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, sob o nº 389250-1/2026.

Além disso, a contratação do serviço está alinhada ao Objetivo Estratégico nº 10 do Planejamento Estratégico do CRP 01/DF (2023-2025) — “*OE10 - Elaborar novo PCS, em diálogo com a equipe, dando atenção as regras de transição, a avaliação de desempenho e os direitos dos atuais empregados públicos*” —, reforçando o compromisso institucional com uma gestão de Recursos Humanos sólida, moderna e alinhada às necessidades institucionais, oferecendo segurança jurídica, eficiência administrativa e suporte técnico adequado para a sustentabilidade organizacional do CRP 01/DF.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com esta contratação, espera-se alcançar os seguintes resultados:

a) Em termos de economicidade: os limites máximos aceitáveis dos preços do posto são calculados com base nos salários praticados de acordo com os Acordos ou Dissídios Coletivos de cada categoria profissional. A realização de dispensa de licitação emergencial de forma eletrônica (a partir do sistema compras.gov) busca a maximização da concorrência, o que resulta em melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis;

b) Em termos de eficácia: disponibilidade de mão de obra em tempo integral para execução de atividades de limpeza e conservação, consideradas essenciais ao bom desempenho da instituição, sejam em suas atividades fins e/ou meio;

c) Em termos de eficiência: solução dimensionada de acordo com as reais necessidades identificadas por esta Autarquia Federal Pública, consoante estudos preliminares que consideraram espaço do auditório e da sede do CRP-01/DF, contratos anteriores e legislação normativa regente atualizada;

d) Em termos de melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais: os serviços serão objeto de execução indireta, com mão de obra e materiais de limpeza/higienização fornecidas pelo contratado. A execução dos serviços serão

prestados na sede e no auditório do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF), atualmente localizados no Edifício Brasília Rádio Center, Asa Norte, Brasília/DF;

e) Em termos de impactos ambientais positivos: será de responsabilidade da contratada observar o cumprimento da legislação ambiental aplicável, caso haja.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Por se tratar de serviço comum, de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não se identifica a necessidade de providências complementares. Contudo, a empresa deverá apresentar quando da assinatura do contrato:

a) Comprovante de que a licitante cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, através de apresentação do registro SEESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na DRT do Ministério do Trabalho, ou em caso de desobrigação de registro do SEESMET em virtude do não enquadramento no dimensionamento vinculado à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento, conforme disposto nos Anexos I e II da Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho nº 4 – NR 4, emita Declaração acerca da desobrigação, bem como declare que cumprem e seguem as normas de segurança e medicina do trabalho.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Não há previsão de impacto ambiental resultante desta contratação.

Todavia, caberá a futura contratada ações a serem adotadas como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias, a saber:

a) Orientar os seus empregados sobre a prevenção e o controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos;

b) Utilizar equipamentos, produtos e materiais de menor impacto ambiental;

c) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os resíduos que forem utilizados no fornecimento do objeto;

d) Reduzir os resíduos provenientes da execução do objeto encaminhando materiais para a reciclagem e transformação de componentes;

e) Observar, durante a vigência do contrato, as práticas definidas como de responsabilidade socioambiental, acerca de: normas de segurança do trabalho; redução no consumo de energia; água e demais recursos naturais;

f) manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética, redução de consumo e impactos ambientais.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Diante do exposto, que o estudo preliminar evidencia que a contratação é tecnicamente possível e adequada às necessidades desta Administração.

Por fim, havendo a previsão e a viabilidade financeira, entende-se como viável e

razoável a contratação por intermédio de processo de dispensa eletrônica emergencial, mediante o levantamento da necessidade do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF), para bem atender ao interesse público desta Autarquia Federal.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Barra Moraes, Técnico Administrativo - Administrativa**, em 09/04/2026, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivanildo Ribeiro Uchoa, Agente de Almoxarifado**, em 09/04/2026, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Sousa Silveira, Coordenador(a) Geral**, em 09/04/2026, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2771201** e o código CRC **96CEF868**.

Referência: Processo nº 570100057.000003/2026-61

SEI nº 2771201

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA PRIMEIRA REGIÃO/DISTRITO FEDERAL (CRP-01/DF), POR INTERMÉDIO DO (A) SEU (UA) CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE(A)..... E

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA PRIMEIRA REGIÃO/DISTRITO FEDERAL (CRP-01/DF) , por intermédio do(a) seu(ua) Conselheiro(a) Presidente(a) xxxxx, com sede no SRTVN Quadra 702, Edifício Brasília Rádio Center, Sala 4.024-A, Asa Norte, CEP: 70.719-900, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.532/0001-84, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXXXXX - SEI e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos XXXXXXXXXXXX Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	XXXXXXXX	XXXXXX	XXX	XXX	XXXX	XXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.4. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4.1.1. Consoante o termo de referência, item 5.2, subitem 5.2.1 "Não será admitida a subcontratação do objeto contratual".

5. PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.1.1. O valor por posto é de R\$ **xxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos (vide IMR).

6. PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.1.1. Exigir-se-á, sempre a nota fiscal E o boleto bancário para a realização do pagamento, bem como que se a empresa não for optante do Simples Nacional ou não tiver informado alguma isenção, realizar-se-á a retenção fiscal na fonte.

7. REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.1.1. O contrato será repactuado, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta ou da última repactuação.

7.1.1.1. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da Planilha de

Custos e Formação de Preços e do novo acordo ou Convenção Coletiva que fundamenta a repactuação.

7.1.2. A repactuação deverá ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão do direito de repactuar.

7.1.3. A base para estabelecimento de critérios de repactuação de preços será a Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato ou conselhos de classe instituídos de Brasília/DF, ou ainda, na ausência de regulação por tais instrumentos, o preço praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.

7.1.4. Os preços dos insumos e materiais serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão/funcionário(a) de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo

CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) de todo mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório

para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência, estando ciente desde já que em relação ao maquinário (como computadores, por exemplo), será fornecido pela Contratante;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de 18 (dezoito) anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;

9.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos (se for o caso), bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração Pública;

9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.37. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.38. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.39. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.40. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.41. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.42. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.43. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.44. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.45. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.46. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.47. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.48. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.48.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.48.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10. DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração Pública nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 01 (um) mês de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 01 (um) mês da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 01 (um) mês da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios específicos consignados deste exercício do Conselho Regional de Psicologia da Primeira Região/Distrito Federal (CRP-01/DF), conforme constante na conta xxxxx- xxxxxx, centro de custo xxxx - xxxxxxxxxxxx:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada em orçamento dos anos subsequentes do CRP-01/DF.

17. DOS CASOS OMISSOS

17.1. os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília/Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Brasília, [dia] de [mês] de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO III – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE À RESPEITO AO TRATO DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS, DE DADOS PESSOAIS DE AGENTES PÚBLICOS E DE CIDADÃOS, DISPONIBILIZADAS PELO CONTRATANTE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

(a ser preenchido no momento da assinatura do contrato)

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 1ª REGIÃO/DISTRITO FEDERAL (CRP-01/DF), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.532/0001-84, com sede administrativa em SRTVN Quadra 702, Edifício Brasília Rádio Center, Sala 4.024 – A, Asa Norte, CEP: 70.719-900 – Brasília/DF, neste ato representado pela sua conselheira presidenta **xxxxxx** e a empresa **XXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **xxx**, com sede na Rua **xxx**, nº **xxx**, Bairro **xxx**, **xx/xx**, CEP **xxx**, neste ato representada por **XXX**, inscrito no CPF sob o nº **xxx**. -xx e portador do RG nº **x x**, órgão emissor **SSP/xx**, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º **XXX/20xx** doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, de dados pessoais de agentes públicos e de cidadãos, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18/11/2011, que regulamenta os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

*INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

*INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança dos usuários, da sociedade e do Estado.

*CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes de nº XXX/20xx, ao qual este TERMO se vincula.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado.

3.2. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

3.3. Também será tido como informação sigilosa, aquelas protegidas pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em especial, os dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tiver acesso em decorrência da execução da CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA QUARTA

DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

III - A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;

IV - A não me apropriar de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado;

V - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

VI – A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

VII - Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

VIII – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Parágrafo Sétimo - Aos profissionais envolvidos no serviço é vedado o uso dos recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação para fins pessoais, entretenimento, opiniões político-partidárias ou religiosas, ações que possam constranger, assediar, ofender, caluniar, ameaçar, violar direito autoral ou causar prejuízos a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como atentar contra a moral e a ética ou que prejudiquem o cidadão ou a imagem deste órgão.

CLÁUSULA SEXTA

DA VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

6.2. A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES.

7.2. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA

DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA

DO FORO

9.1. É competente o foro da Circunscrição Judiciária de Brasília/Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Contratação.

9.2. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, xxx de xxxxxx de 2026

Presidenta do CRP-01/DF

CONTRATANTE

Administrador legal

CONTRATADA